REVISTA BAIANA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

BY NC SA

ARTIGO

https://doi.org/10.47207/rbem.v7i1.28314

A Educação Financeira Escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: políticas, currículo e desafios

SOUSA FILHO, Mário Cabral de
Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Ensino de Ciências e Matemática. ORCID: https://orcid.org/0009-0004-8008-7018. E-mail: cabral204060@gmail.com.

FERREIRA, Leonardo Alves
Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Educação. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3994-651X. E-mail: leonardoaf.alves@uece.br

Resumo: A Educação Financeira (EF) é uma temática em maior evidência no cenário escolar desde sua recomendação na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diante disso, este texto visa analisar como está descrita a EF nas diretrizes curriculares nacionais para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). O artigo é resultado parcial de uma investigação sobre as potencialidades da realização de atividades pedagógicas para a EF na promoção da aprendizagem. Este texto foi desenvolvido a partir de uma pesquisa documental, com a análise de publicações oficiais brasileiras referentes ao currículo nacional, bem como de textos que apresentam políticas e ações institucionais voltadas para a EF. O levantamento da literatura evidenciou a existência de uma política governamental referente à educação financeira escolar desde 2010, denominada Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), ainda não institucionalizada nas escolas. Diante da análise dos dados, observou-se a existência de ações que promovem a EF nas escolas, idealizadas, principalmente, por instituições financeiras, através de olimpíadas de educação financeira, cursos de formação continuada para professores e recursos didáticos digitais. No que se refere ao currículo escolar brasileiro, a EF é considerada como um tema transversal contemporâneo, sendo recomendada a sua inserção nos diversos componentes curriculares. Objetos de conhecimento relacionados à EF são mencionados em diferentes habilidades para a aprendizagem da Matemática, a partir do 1º ano do Ensino Fundamental. Quanto à formação docente para o exercício da educação financeira, a BNCC não faz indicações metodológicas, indicando a necessidade em instituir processos formativos a fim de que os estudantes possam aprender noções de educação financeira a partir de situações reais e contextualizadas.

Palavras-chave: Educação financeira. Base Nacional Comum Curricular. Ensino de Matemática. Formação de professores.

Financial education in the early years of elementary school: policies, curriculum, and challenges

Abstract: Financial Education (FE) has become a prominent topic in schools since it was recommended by the National Common Curriculum Base (BNCC). In view of this, this text aims to analyze how PE is described in the national curriculum guidelines for the Early Years of Elementary School (1st to 5th grade). This article is the partial result of an investigation into the potential of pedagogical activities for PE to promote learning. This text was developed based on documentary research by analyzing official

Brazilian publications that reference the national curriculum as well as texts that present institutional policies and actions aimed at FE. The literature survey revealed that there has been a government policy on school financial education since 2010, called the National Financial Education Strategy (ENEF), which has not yet been institutionalized in schools. We observed the existence of actions that promote PE in schools, mainly designed by financial institutions, through financial education olympiads, continuing education courses for teachers, and digital teaching resources. Concerning the Brazilian school curriculum, FE is considered a contemporary cross-curricular theme, and its inclusion in various curricular components is recommended. Objects related to FE are mentioned in different skills for learning mathematics, starting in the first year of elementary school. Regarding teacher training in financial education, the BNCC does not provide methodological indications, indicating the need to establish training processes so that students can learn notions of financial education based on real and contextualized situations.
Keywords: Financial education. National Common Core Curriculum. Mathematics teaching. Teacher training.

Educación financiera en los primeros años de la escuela primaria: políticas, currículo y desafíos

Resumen: La educación financiera (EF) es un tema cada vez más presente en el ámbito escolar desde su recomendación en la Base Nacional Común Curricular (BNCC). En vista de ello, este texto tiene como objetivo analizar cómo se describe la EF en las directrices curriculares nacionales para los primeros años de la enseñanza básica (1.º a 5.º grado). El artículo es el resultado parcial de una investigación sobre el potencial de las actividades pedagógicas para la EF en la promoción del aprendizaje. Este texto se há elaborado a partir de una investigación documental, con el análisis de publicaciones oficiales brasileñas relativas al currículo nacional, así como de textos que presentan políticas y acciones institucionales orientadas a la EF. El estudio de la literatura puso de manifiesto la existencia de una política gubernamental relativa a la educación financiera escolar desde 2010, denominada Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF), aún no institucionalizada en las escuelas. Se observó la existencia de acciones que promueven la EF en las escuelas, ideadas principalmente por instituciones financieras, a través de olimpiadas de educación financiera, cursos de formación continua para profesores y recursos didácticos digitales. En lo que respecta al currículo escolar brasileño, la EF se considera un tema transversal contemporáneo, por lo que se recomienda su inclusión en los distintos componentes curriculares. Los objetos de conocimiento relacionados con la EF se mencionan en diferentes habilidades para el aprendizaje de las matemáticas, a partir del 1.º año de la enseñanza básica. En cuanto a la formación docente para el ejercicio de la educación financiera, la BNCC no hace indicaciones metodológicas, lo que indica la necesidad de instituir procesos formativos para que los estudiantes puedan aprender nociones de educación financiera a partir de situaciones reales y contextualizadas.
Palavras-Clave: Educación financiera. Base Nacional Común Curricular. Enseñanza de las matemáticas. Formación de professores.

Introdução

O presente estudo, aborda o tema da educação financeira no âmbito escolar, especificamente nos Anos iniciais do Ensino Fundamental (AIEF), objetiva-se analisar como a

Educação Financeira (EF) está inserida no currículo escolar e os desafios de inserção dessa temática, pelos professores, na prática.

A Educação Financeira está bastante ausente no cotidiano da população brasileira, não obstante seus recentes desenvolvimentos, fruto do largo alcance da internet e da proliferação de sites e de canais em plataformas digitais que abordam sobre finanças, porém com ênfase limitada às estratégias de lucrar mais com investimentos, muitas vezes, duvidosos e com maior risco para os investidores.

Com a pandemia da COVID-19, a situação econômica do Brasil, ficou bastante delicada e a temática da educação financeira começou a ser evidenciada, não só por esse aspecto midiático, mas também por sua importância para a sociedade, na medida que se verificou que cerca de 63 milhões e 200 mil brasileiros estavam endividados, percentual equivalente a 39% da população adulta do país (CNDL, 2022). Segundo essa pesquisa os principais endividados se concentram na faixa etária entre 30 e 39 anos e 60% dessas dívidas são com instituições bancárias. O que se verifica é a falta de planejamento financeiro das famílias para enfrentarem problemas concernentes aos momentos de escassez e de dificuldades diversas da vida em sociedade. E a escola, por sua vez, que deveria ser o ambiente favorável para uma educação ampla dos alunos, se centra, na maioria das vezes, apenas nos conteúdos convencionais e que nem sempre dialogam com a vida prática dos educandos.

Pesquisas nacionais recentes evidenciam dificuldades dos brasileiros em gerir as suas finanças, levando ao endividamento e à inadimplência, consequência do mau uso do crédito, usado sem o prévio planejamento dos gastos domésticos. Dentre elas, destacam-se os resultados apresentados pela (CNDL, 2026), revelou que o país encerrou o ano de 2025 com 73,49 milhões de consumidores com inadimplência, em dezembro de 2025, o número de dívidas em atraso no Brasil teve crescimento de 17,14% em relação ao período de 2024. A maior concentração de dívidas é o de Bancos, segundo a pesquisa, com 65,16% do total.

Com isso, torna-se evidente a reduzida capacidade de educação financeira para a população brasileira. Sabendo dessa situação enfrentada por várias famílias brasileiras, torna-se fundamental que o tema da educação financeira seja amplamente debatido nas escolas.

As respectivas pesquisas corroboram a necessidade de abordar a temática da Educação Financeira Escolar (EFE), de forma a disseminar o uso correto do dinheiro. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) define Educação Financeira como o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar.

Dessa forma, percebemos que a Educação Financeira "é uma ciência humana, através de uma metodologia baseada no comportamento, nas decisões e com o objetivo de fomentar hábitos saudáveis, a sustentabilidade e a qualidade de vida", como aponta Domingos (2012, p. 18).

Diante dessa contextualização sobre a realidade da ausência da educação financeira da população brasileira, o objetivo geral desse estudo é analisar como a educação financeira está presente no currículo escolar e nas políticas e ações institucionais brasileiras e suas reverberações na formação e exercício da ação docente.

Quanto ao percurso metodológico, este artigo foi desenvolvido através da abordagem qualitativa, conduzido pela pesquisa documental, ao analisar publicações nacionais relativas às políticas e diretrizes curriculares para a Educação Financeira Escolar, especialmente voltadas para estudantes e professores dos Anos iniciais do Ensino Fundamental, cujas contribuições aprofundam as reflexões e discussões acerca do papel da escola e do professor no desenvolvimento da Educação Financeira na educação básica.

Políticas públicas e ações institucionais para a educação financeira no Brasil

A partir de 2008 o tema da educação financeira ganhou destaque com a crise econômica mundial e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), constituída por 38 países, dedicados a debater vários temas, como: questões ambientais, sociais, econômicas e principalmente às questões associadas à educação financeira (Kistemann Jr.;

Coutinho; Figueiredo; 2020). Percebemos que esse debate sobre educação financeira, influenciou para que países, como o Brasil, buscasse criar políticas públicas que favorecessem a promoção de ações de educação financeira para os brasileiros.

Para tanto, a partir do Decreto Federal, (BRASIL, 2020), foi instituído o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), política de Estado de caráter permanente, amplia o alcance das ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. O FBEF, por sua vez, será o colegiado responsável pela governança da ENEF e pelo estímulo à realização de ações educativas por parte das entidades públicas e instituições privadas que possuem interesse nos referidos temas, assim como pela divulgação de suas ações à sociedade. A preocupação com a educação financeira desde os primeiros anos de escolarização mobilizou diversos órgãos econômicos mundiais, liderados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a planejar e desenvolver ações visando fornecer ferramentas para o indivíduo-consumidor agir perante as situações financeiras (KISTEMANN JR, 2020).

Conforme o FBEF, a nova ENEF tem como princípios: I. atuação permanente e em âmbito nacional; II. prevalência do interesse público; III. atuação por meio de informação, formação e orientação; IV. formação de parcerias com órgãos ou entidades públicas e com instituições privadas; V. avaliação e revisão das ações implementadas; e VI. proibição de oferta de produtos e serviços nas ações de educação financeira (BRASIL, 2020).

Quanto ao público adulto, as ações visam o desenvolvimento de conhecimentos referentes às áreas financeira, securitária, previdenciária e fiscal com vistas a melhorar a gestão do planejamento familiar, como também reduzir e prevenir o superendividamento do público, enfatizando aqueles que estejam em situação de vulnerabilidade social.

Para o público em idade escolar, as orientações destacam como objetivo contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente nas futuras gerações de brasileiros (FORTE, 2020). Ainda de acordo com a ENEF, o trabalho com a educação financeira, possibilita o desenvolvimento das competências necessárias que subsidiem os estudantes a lidarem de forma consciente diante dos desafios sociais e econômicos da sociedade, visando o exercício da cidadania.

Portanto, a importância da educação financeira nas escolas é de formar pessoas capazes de

tomar decisões em relação ao uso consciente do dinheiro, promover planejamento de sonhos e por consequência uma melhor qualidade de vida. Além da orientação sobre a educação financeira escolar, a ENEF promove ações através da semana nacional de educação financeira, com palestras, *lives*, fóruns gratuitos para disseminar a temática.

Outra iniciativa de fomento a educação financeira nas escolas do Brasil, foi a criação do Programa na Ponta do Lápis, (BRASIL, 2025) pelo Ministério da Educação (MEC) e parceiros para promover ações destinadas à consolidação de esforços para a educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária na educação básica, na perspectiva de apoiar e fortalecer a implementação dos temas transversais contemporâneos da (BNCC, 2017), no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Educação Financeira e sua presença no currículo escolar

Diante da relevância em ensinar sobre a Educação Financeira no ambiente escolar, (BNCC, 2017), estabelecia que as redes de ensino público e privado, incluíssem a educação financeira como tema transversal obrigatório nas disciplinas, de forma contextualizada, uma proposta interdisciplinar e coerente com a realidade da sociedade. O seguinte documento aponta que:

> [...] Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), educação das relações étnico raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, **educação financeira** e fiscal, trabalho (BNCC, 2017, p. 19-20, grifo nosso).

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) estabelece que toda rede de ensino, público ou particular, incluísse nos currículos a educação financeira como tema transversal, de

forma a abordar essa temática de forma contextualizada nos componentes curriculares, como a Matemática.

Na BNCC, a indicação de habilidades relacionadas à Educação Financeira está desde o 1º ano do Ensino Fundamental, nas unidades temáticas Grandezas e Medidas; e Números, do componente curricular Matemática, a partir da descrição de habilidades tais como: reconhecimento, conversão, resolução e elaboração de problemas que envolvam o sistema monetário brasileiro em situações de compra e venda, enfatizando o consumo de forma consciente, ético e responsável. Inclui também conceitos de porcentagem, bem como o uso de recursos como o cálculo mental e de ferramentas como a calculadora para a resolução de situações (BRASIL, 2017). O quadro abaixo descreve as habilidades relacionadas à Educação Financeira apresentadas pela BNCC para os anos inicias do Ensino Fundamental.

Quadro 1: Habilidades relacionadas à Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental conforme a BNCC

Ano	**Unidade Temática**	**Objetivo de conhecimento**	**Habilidade**
1º	Grandezas e Medidas	Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas	(EF01MA19) Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante.
2º	Grandezas e Medidas	Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas e equivalência de valores	(EF02MA20) Estabelecer a equivalência de valores entre moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações cotidianas.
3º	Grandezas e Medidas	Sistema monetário brasileiro: estabelecimento de equivalências de um mesmo valor na utilização de diferentes cédulas e moedas	(EF03MA24) Resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra, venda e troca.

4º	Números	Números racionais: representação decimal para escrever valores do sistema monetário brasileiro	(EF04MA10) Reconhecer que as regras do sistema de numeração decimal podem ser estendidas para a representação decimal de um número racional e relacionar décimos e centésimos com a representação do sistema monetário brasileiro.
4º	Grandezas e Medidas	Problemas utilizando o sistema monetário brasileiro	(EF04MA25) Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável.
5º	Números	Cálculo de porcentagens e representação fracionária	(EF05MA06) Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.

Fonte: Brasil (2017)

Consta na BNCC também uma aproximação com a Educação Financeira nos componentes curriculares Ciências e Geografia, a partir do 3º ano do Ensino Fundamental, quando indica objetos de conhecimento e habilidades relacionados à sustentabilidade e aos impactos da ação humana no meio ambiente, ao consumo consciente e à reciclagem, assuntos diretamente relacionados ao nosso objeto de análise (BRASIL, 2017).

É evidente a recomendação da BNCC em propor aos sistemas de ensino propostas voltadas ao projeto de vida dos estudantes e para o exercício da cidadania como indivíduo consumidor, enfatizando questões como planejamento financeiro, comportamento de consumo, análise dos riscos diante da contratação de produtos e serviços financeiros e planejamento da aposentadoria.

Convém destacar também o avanço da educação financeira como área de conhecimento e processo dentro da estrutura curricular brasileira, corroborando Campos e Kuntz (2020) ao afirmarem que as competências e habilidades e objetos matemáticos relacionados à educação financeira ficaram mais explícitos e mais abrangentes na (BNCC,2017).

A educação financeira, conforme orienta a BNCC, é uma temática que precisa ser mais amplamente discutida nas escolas brasileiras, especialmente na rede pública de ensino. Nesse contexto, muitos estudantes vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que pode afetar diretamente a qualidade de vida de suas famílias. Por isso, a escola desempenha um papel importante na formação de conhecimentos e atitudes que contribuam para o planejamento financeiro, o consumo consciente e a tomada de decisões mais responsáveis no cotidiano. A educação financeira pode ser desenvolvida na escola por meio de uma abordagem interdisciplinar, integrada a projetos que envolvam toda a comunidade escolar e diferentes componentes curriculares. Em vez de ser tratada como responsabilidade exclusiva da Matemática, essa temática deve ser trabalhada de forma articulada, respeitando as especificidades de cada disciplina e promovendo a construção de conhecimentos em diferentes contextos. Assim, o ensino da educação financeira não deve se limitar os conteúdos matemáticos, como números e álgebra, mas ser abordado de maneira contextualizada, relacionando conceitos escolares às situações reais do cotidiano e favorecendo aprendizagens mais significativas.

Os desafios de inserção da Educação Financeira escolar

Desde a inclusão curricular da educação financeira escolar pela (BNCC, 2017), até a implementação pelas escolas em 2020, muito vem sendo debatido através de pesquisas sobre como abordar essa temática nas séries iniciais do ensino fundamental, com o propósito de buscar metodologias de aprendizagem e até mesmo formar o professor, para ensinar sobre educação financeira. Para compreender os desafios do professor em debater essa temática nas escolas, citamos um estudo que se propôs a analisar como o trabalho com a educação financeira vem sendo abordado nos anos iniciais do ensino fundamental, destacou-se que:

> No presente estudo, o papel fundamental do professor para o trabalho com EF na compreensão e enfrentamento dos desafios trazidos com a inserção da temática. Desafios de superar uma formação insuficiente, que não contempla a temática em um viés educacional, apenas econômico; desafios de promover espaços de reflexões sobre a tomada de decisão, compreendendo os aspectos que influenciam a mesma; desafios de validar estes conhecimentos como saberes escolares e necessários para a construção de uma cidadania crítica e na promoção de escolhas conscientes frente às situações financeiras vivenciadas por cada indivíduo, independente de classe social. (Oliveira, 2017, p. 147).

Percebe-se neste estudo que os principais desafios encontrados na inserção da educação financeira nas séries iniciais, são: a formação do professor (pedagogo), nessa temática, é insuficiente, além de uma formação limitada na graduação, quanto a disciplina de matemática, como aponta Lima (2007, p. 37): "os cursos de formação de professores não conseguem assegurar uma boa qualidade na preparação do futuro professor de matemática, cuja repercussão é um ensino referenciado por livros[...]" O outro aspecto desafiador desse estudo é a metodologia a ser empregada para ensinar a Educação Financeira, é necessário criar espaços de reflexões, sobre tomada de decisões, promover escolhas conscientes, sustentáveis e formar cidadãos independentes financeiramente.

Com o propósito de formação dos professores para ensinar educação financeira, é ofertado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com: Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com o objetivo de ofertar cursos de Educação Financeira para professores do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, das redes públicas e privadas de todo o Brasil. Os cursos são organizados por trilhas de aprendizagem organizadas de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Percebemos que a formação dos professores é essencial para disseminar a educação financeira nas escolas do Brasil, sendo, portanto, uma grande iniciativa para uma aprendizagem prática com os alunos, sobre a temática da EF.

Neste sentido, destaca-se as iniciativas que potencializam que a educação financeira possa ter presença, mais orgânica, no contexto educacional brasileiro. Dentre essas iniciativas está a criação do programa Aprender Valor, pelo (BCB, 2020), como projeto piloto, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento de competências e habilidades de educação financeira e educação para o consumo, por meio de projetos integrados com os componentes

curriculares. São atividades que abordam a responsabilidade do uso do crédito; a importância do poupar; o consumismo e suas consequências. Além disso, oferece uma formação para os professores, por meio da plataforma digital e de avaliações de aprendizagem e impacto para o 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, nas disciplinas de matemática, português e letramento financeiro.

A Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF), que vai para sua sétima edição em 2025, surgiu por meio do projeto intitulado de educação financeira para toda vida, a partir de 2008, no curso de especialização em finanças empresariais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), segundo (OBEF, 2023, p. 1), tem como objetivo: "contribuir para a melhoria da qualidade da educação financeira no Brasil e despertar o interesse em crianças e adolescentes no aprendizado da educação financeira desde a infância." A olimpíada é destinada às escolas públicas e privadas, em cinco níveis, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, com três fases de aplicação das provas, com questões objetivas e as premiações são medalhas de bronze, prata e ouro.

No ano de 2024, o MEC, em parceria com o Tesouro Nacional e a Bolsa de Valores B3, lançou a 1ª Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira (OLITEF): Tesouros do Amanhã. Conforme o MEC, a ação, em âmbito nacional, tem previsão para ocorrer anualmente, com o intuito de fomentar os conceitos da educação e da responsabilidade financeira entre os estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e da 1ª série do ensino médio. (BRASIL, 2024)

Alunos de escolas públicas e privadas poderão participar. A iniciativa parte da premissa de que todos os estudantes devem ter acesso aos conteúdos e materiais sobre planejamento orçamentário e educação financeira, essenciais para a tomada de decisões cada vez mais conscientes e responsáveis ao longo da vida.

Visando potencializar a preparação para as olimpíadas, será oferecida uma plataforma que capacita professores com recursos didáticos especializados, ao mesmo tempo em que prepara os alunos para gerenciar os recursos (ganhos e gastos), economizar dinheiro de forma eficaz e entender as diferentes alternativas de investimentos.

Ainda conforme o MEC (BRASIL, 2024), todos os participantes receberão certificados digitais, e os melhores desempenhos serão reconhecidos com medalhas. Para incentivar a participação e o engajamento, a olimpíada oferecerá também um plano de premiações,

contemplando as escolas públicas e seus professores. Aquelas que tiverem maior nível de engajamento e desempenho, bem como os professores mais comprometidos, receberão premiações para investir em melhorias na própria escola, como laboratórios de ciência e computação, bibliotecas, compra de equipamentos, entre outros.

Diante desse panorama, percebe-se um avanço nas ações visando a EF na escola básica e na formação do professor. No entanto, ainda fica em questão a necessidade de mais protagonismo das instituições escolares e universidades no planejamento e realização de projetos e programas voltados para estimular a EF, o que está, neste momento, tendo as instituições financeiras como maiores responsáveis por desenvolver e implementar as ações para as escolas.

Considerações finais

Resgatando o objetivo do texto, que foi de analisar a presença da educação financeira no currículo escolar brasileiro e as ações institucionais voltadas para a EFE, algumas considerações são válidas a sua menção. Inicialmente, a educação financeira é um tema que tem ganhado mais destaque na sociedade na tentativa de conscientizar a população sobre a gestão dos recursos financeiros. No ambiente escolar, por outro lado, ainda há uma reduzida promoção da EFE na sala de aula, sendo limitada às atividades articuladas à Matemática, como situações com o sistema monetário e de compra e venda.

A presença de habilidades específicas para a educação financeira no currículo evidencia um desafio a ser enfrentado no âmbito escolar: a formação docente e a aplicação dessas orientações curriculares em salas de aula. Todavia, o desenvolvimento de práticas na sala de aula para a educação financeira ainda não é comum por ser um tema recente na educação escolar.

É fundamental, principalmente nos dias atuais, buscar conhecimentos visando uma reflexão mais profunda em relação à administração dos orçamentos domésticos, procurando planejar com racionalidade as finanças de modo a tomar decisões assertivas.

No entanto, somente ações oriundas de instituições bancárias são insuficientes para reduzir as dificuldades em finanças de muitos brasileiros. Está na escola a instituição principal para garantir a aprendizagem de valores e competências inerentes à educação financeira.

Apesar da existência de um conjunto de políticas voltadas para a EF no Brasil, ainda está em um estágio incipiente a inclusão desta no ambiente escolar. Nesse contexto entra a questão da formação do professor, que necessita estar condizente com suas práticas de vida e da ação docente, de modo a adotar sua "porção cidadã" como recurso potencial no desenvolvimento de aprendizagens que possam conduzir o estudante a pensar criticamente e fundamentar suas decisões financeiras, de modo a prepará-lo para o exercício da cidadania de forma plena.

Dessa forma, torna-se essencial o esforço de professores e pesquisadores em ampliar os debates e investigações sobre as contribuições da Educação Financeira escolar na formação de estudantes para o exercício da cidadania, bem como os processos de formação inicial e continuada que podem atender tal intuito.

Referências

BCB. **O que é o programa aprender valor?** Brasília, DF, 2026 Disponível em: https://aprendervalor.caeddigital.net/#!/programa. Acesso em 05 de maio de 2026.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020.** Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 10 jun. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm. Acesso em: 14 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. pág. 269. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em 20 de maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC lança 1ª Olimpíada de Educação Financeira.** 2024. Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/mec-lanca-1a-olimpiada-de-educacao-financeira. Acesso em 16 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Na Ponta do Lápis. Brasília**: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/na-ponta-do-lapis. Acesso em: 27 fev. 2026.

CNDL**. Inadimplência é a maior em oito anos e atinge 63,27 milhões de brasileiros, aponta CNDL/SPC Brasil.** Brasília, DF, 22 ago. 2022. Disponível em: https://site.cndl.org.br/inadimplencia-e-a-maior-em-oito-anos-e-atinge-6327-milhoes-de-brasileiros-aponta-cndlspc-brasil/. Acesso em: 14 jul. 2026

CNDL**. País encerra o ano com inadimplência recorde.** Brasília, DF, 2026. Disponível em https://site.cndl.org.br/pais-encerra-o-ano-com-inadimplencia-recorde-e-atinge-pela-primeira-vez-7349-milhoes-de-consumidores-aponta-cndl-e-spc-brasil/. Acesso em 22 de fevereiro 2026.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia Financeira realize seus sonhos com Educação Financeira.** São Paulo – Editora DSOP Educação Financeira: 2012.

FORTE, C. M. J. (org). **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)**: em busca de um Brasil melhor. São Paulo: Riemma Editora, 2020.

KISTEMANN JR., M. A.; COUTINHO, C. Q. E. S.; FIGUEIREDO, A. C. **Cenários e desafios da educação financeira com a Base Curricular Comum Nacional (BNCC):** Professor, Livro Didático e Formação. Em teia – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 11, p. 1-26, 2020.

LIMA, Ivoneide Pinheiro de. **A matemática na formação do pedagogo:** oficinas pedagógicas e a plataforma teleduc na elaboração dos conceitos. Fortaleza, 2007.

OBEF. **V Olimpíada Brasileira de Educação Financeira.** Paraíba, 2023. Disponível em: http://plone.ufpb.br/educacaofinanceira/contents/documentos/obef/editais/v-obef/edital_obef_2023_v5_final.pdf Acesso em: 20 de maio 2026.

OCDE, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **Recomendação sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira.** Julho, 2005. Disponível em: https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/. Acesso em: 10 de abril de 2023.

OLIVEIRA, Anaelize dos Anjos. **Educação financeira nos anos iniciais do ensino fundamental:** como tem ocorrido na sala de aula? /. – Recife, 2017.